

PARECER N° 3/2020/CI

2020/24839/031475

Palmas, 19 de novembro de 2020.

PARECER Nº 03/COMITÊ DE INVESTIMENTOS/2020 RELATÓRIO Nº 03/DINVEST/2020 INTERESSADO: DIRETORIA DE INVESTIMENTOS ORIGEM: DIRETORIA DE INVESTIMENTOS DO IGEPREV/TO

RELATÓRIO MENSAL DO MÊS DE AGOSTO/2020. DIRETORIA DE INVESTIMENTOS.

 Rentabilidade e riscos nas aplicações dos recursos.
Aderência à Política Anual de Investimentos.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Relatório Mensal emitido pela Diretoria de Investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, visando atender ao inciso II, do art. 3º da Portaria MPS 519/2011, que exige a elaboração de relatórios mensais para acompanhamento do desempenho das aplicações financeiras, contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações realizadas.

Verificou-se que constam no Relatório Mensal as seguintes informações exigidas pelas normas da Secretaria da Previdência:

Prefácio;

Glossário;

Sumário;

- 1. Indicadores Financeiros;
- 2. Carteira de Investimentos;





- 3. Política de Investimentos/Res. CMN 3.922/2010;
- 4. Distribuição da Carteira:
  - 4.1 Distribuição da Carteira por Segmento;
  - 4.2 Evolução Mensal do PL do RPPS;
  - 4.3 Distribuição da Carteira por Enquadramento;
  - 4.4 Distribuição da Carteira por Tipo de Investimento;
  - 4.5 Distribuição da Carteira por Tipo/Segmento;
  - 4.6 Distribuição da Carteira por Tipo/Enquadramento;
  - 4.7 Distribuição da Carteira por Administrador de Fundos;
  - 4.8 Distribuição da Carteira por Gestor de Fundos;
- 5. Ágios e Deságios:
  - 5.1. Carteira Total;
  - 5.2.5.2 Investimentos Saudáveis;
  - 5.3. Investimentos Estressados;
  - 5.4. Fluxo do mês
- 6. Rentabilidade:
  - 6.1. Carteira Consolidada;
  - 6.2. Evolução Carteira x TMA;
  - 6.3. Por Ativos;
- 7. Gerenciamento de Risco:
  - 7.1. VaR Value At Risk;
  - 7.2. VaR da Carteira;
  - 7.3. Índice de Sharpe;





- 8. Cenário Econômico & Mercado:
  - 8.1 Cenário Internacional:
    - 8.1.1 Estados Unidos;
    - 8.1.2 Europa;
    - 8.1.3 Ásia;
  - 8.2 Cenário Nacional
  - 8.3 Considerações Dinvest.

Em síntese, eis o breve relatório do caso que ora se apresenta para fins de emissão de parecer técnico deste Comitê de Investimentos.

# **FUNDAMENTAÇÃO**

Registre-se que o Relatório Mensal é exigência contida na Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011 em seu art. 3º, inciso V, nestes termos:

"Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar na gestão dos recursos de seus RPPS as seguintes obrigações, além daquelas previstas na Resolução do CMN que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS:

(...)

V - elaborar relatórios detalhados, **no mínimo, trimestralmente**, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à Política Anual de Investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores para deliberação e





controle."(grifos nossos)

Ressalta-se que a exigência de Relatório Mensal consta na Política Anual de Investimentos do Igeprev-TO para o ano de 2020.

Ainda, a exigência de relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação, é de elaboração mensal, conforme exigência do Manual para certificação junto à Secretaria da Previdência do Ministério da Economia – Pró-Gestão.

#### **ANÁLISE**

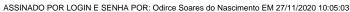
Da análise do presente Relatório, constatou-se que foram observados os requisitos presentes na Resolução BACEN nº 3.922/2010 e na Portaria MPS nº 519/2011.

Vale ressaltar que a realização de procedimentos contrários às normas vigentes ocorreu entre os anos de 2011 a 2014 e que os mesmos foram objeto de sindicância por parte deste Instituto, bem como de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado do Tocantins. Além disso, tanto a atual Diretoria de Investimentos quanto o Comitê de Investimentos deste Instituto têm adotado diversas ações com o objetivo de recuperar ou pelo menos minimizar as perdas decorrentes das alocações de recursos em investimentos de alto risco, realizadas anteriormente.

Pelo que se depreende à fl. 6, os indicadores financeiros ficaram abaixo da meta atuarial no ano e em 12 meses, com destaque no mês de agosto para o índice Small Caps (SMLL).

A Carteira de Investimentos em 31 de agosto de 2020 apresentou total de R\$ 3.611.165.575,48 (três bilhões, seiscentos e onze milhões, cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), conforme pode ser observado no item 2, às fls. 07/08 do aludido Relatório.

Ainda no item 2, fls 7/8, é possível observar diversos resgates na Carteira, a saber, R\$ 55.000.000,00 do Fundo BB PREVIDENCIARIO RF IDKA 2 TI, valor este destinado à Folha de Pagamentos; R\$ 101.673.840,00 do Fundo FI BRASIL 2020 IV TP RF, proveniente de resgate total em virtude de vencimento do fundo; R\$ 31.499.016,00 do Fundo FI BRASIL 2020 V TP RF, proveniente de resgate total em virtude de vencimento do fundo; R\$ 855.629,61 do Fundo FI BRASIL 2024 IV TP, relacionado a recebimento de cupons; R\$ 26.973.819,84 do Fundo INCENTIVO FIDC MULTISET II, proveniente de resgate cotizado, mas não recebido, visto que o Igeprev passou a ser credor do fundo; R\$ 81.169,21 do Fundo FII INFRA REAL ESTATE, oriundos de recebimento de dividendos: R\$ 1.542.05 do Fundo FII RB CAPITAL







RENDA II, de recebimento de dividendos; e por fim, R\$ 16.635.845,89 oriundos de recebimento de cupons de NTN-B.

Em relação às aplicações ocorridas na Carteira, ainda no item 2, fls 7/8, observa-se uma aplicação no valor de R\$ 117.000.000,00 realizada no Fundo FIC FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF; aplicação de R\$ 6.567.136,58, no Fundo SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FICFIA; e aplicação de R\$ 9.567.136,58, no Fundo BB AÇÕES DIVIDENDOS SMLL MIDCAPS.

Quanto à concentração da Carteira, fl. 8, observa-se que as Notas do Tesouro Nacional – série-B (NTN-B) apresentam pouco mais de 20% do total da Carteira, seguida de 15% no Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA.

Com relação aos limites de aplicações, fl. 9, estipulados pela Resolução BACEN Nº 3.922/2010, a situação da Carteira é de desenquadramento no segmento de Renda Variável em Fundo de Investimento em Participação, no qual o limite permitido é de 5%, sendo que o Instituto encontra-se com 11,64% em virtude das aplicações feitas no Fundo de Investimentos em Participações FP2 (Porcão).

Quanto à distribuição da Carteira, à fl. 13, constata-se que 21 dos 54 fundos encontram-se desenquadrados, sendo 7 fundos cobertos por liminar e 14 cobertos pelo art. 21, parágrafos 1º e 2º da Resolução BACEN Nº 3.922/2010.

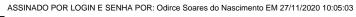
Quanto à distribuição da Carteira por segmento, à fl. 12, do total dos recursos aplicados, 78,63% estão alocados em Renda Fixa, enquanto 21,37% estão em Renda Variável.

Quanto à distribuição da Carteira por enquadramento, à fl. 13, observa-se que o valor total dos fundos considerados desenquadrados está em R\$ 633.627.361,26 o que representa um percentual de 17,55% da Carteira. Já para as aplicações em fundos considerados enquadrados, consta o valor de R\$ 2.611.165.575,48, perfazendo um total de 82,45% da Carteira.

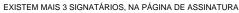
Em relação à distribuição da Carteira por tipo de investimento, à fl. 13, observa-se que o valor total dos investimentos considerados estressados (sem liquidez) está em R\$ 636.289.914,74, o que representa um percentual de 17,62% dos investimentos. Já para os investimentos considerados saudáveis, consta o valor de R\$ 2.974.875.660,74, perfazendo um total de 82,38% dos investimentos em Carteira.

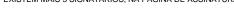
Quanto à distribuição da Carteira por tipo/segmento, à fl. 14, do total dos recursos, 2,82% estão alocados em Renda Fixa e 14,80% em Renda Variável, nos fundos classificados como estressados (sem liquidez) e 75,81% em Renda Fixa e 6,12% em Renda Variável, nos fundos classificados como saudáveis.

Àe fle 15/16 varificau-ea qua de maiorae daetorae/administradorae da













fundos são a BBDTVM e a Caixa Econômica Federal, seguidos pelos títulos do Tesouro Nacional e pela LAD Capital que é a gestora do FP2 Fundo de Investimentos Participações (Porcão).

Observou-se que à fl. 17 o acumulado mensalmente (dos últimos doze meses) teve como resultado líquido da Carteira o montante de R\$ 187.059.708,83.

À fl. 20, item 6.2, observa-se que a Evolução da Carteira no mês de agosto não superou a Meta Atuarial.

## **DA CONCLUSÃO**

Diante das informações apresentadas pelo Relatório supracitado, concluise que os procedimentos relatados atendem às exigências legais e não foi verificada nenhuma inconsistência na condução do gerenciamento da carteira de Investimentos no mês em questão, e que o baixo desempenho da Carteira no mês, fl. 20, se deve às consequências do mercado, à queda na Taxa Selic, que é a taxa básica da economia, a qual serve de referência para outras taxas de juros e para remunerar investimentos corrigidos por ela, que é o caso da maioria das remunerações dos fundos de renda fixa presentes na Carteira do Instituto.

Portanto, encaminhe-se o presente relatório para análise e aprovação do Conselho Fiscal, conforme exigido no Manual do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social.

É o parecer,

Comitê de Investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de novembro de 2020.

MILÉNE MARTINS RAMOS

ELENORA ANTÔNIA DE CARVALHO

membro

membro

**LUSINALDO SILVA DE SOUSA** 

**DILMA CAMPOS DE OLIVEIRA** 





membro membro

## **ODIRCE SOARES DO NASCIMENTO**

Coordenador do Comitê

